

Raízes

Vol. 27, N° 1, jan. – jun./2008

Trabalho recebido em 06/03/2008
Aprovado para publicação em 22/05/2009

OS DISCURSOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE CULTIVOS DE EUCALIPTOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Patrícia Binkowski; Eduardo Ernesto Filippi

RESUMO

O presente artigo se propõe a identificar os atores e a apresentar os seus discursos em torno das políticas públicas de desenvolvimento voltadas ao incentivo dos cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Para tanto, fazemos um breve histórico das políticas de incentivo à atividade florestal e a caracterização física, social e ambiental da região citada. A discussão procura mostrar que a construção do desenvolvimento não deve levar em consideração somente a dimensão econômica, mas também as dimensões ambiental, social, cultural e política, contrapondo-se ao discurso de alguns atores que vêem o desenvolvimento apenas como crescimento econômico.

Palavras-chave: desenvolvimento, políticas públicas, cultivos de eucaliptos

DISCOURSES ON DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICIES OF BOORSTING TO IMPLANTATION OF EUCALYPTUS CULTIVATION IN RIO GRANDE DO SUL STATE

ABSTRACT

This article aims to identify the actors and presenting their speeches on development of public policies dedicated to encouraging the cultivation of eucalyptus in the “Metade Sul” (South Half) of Rio Grande do Sul State. For that, we make a short history of policies to encourage forestry activity and present a geographic, and environmental characterization of the region cited above. The discussion seeks to show that the construction of the development should take in to account not only the economic, but also the environmental, social, cultural and political dimensions, contrasting to speeches of some actors who see development only as economic growth.

Key Words: Development, public policies, cultivation of eucalyptus

Patrícia Binkowski. Mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: patinski77@yahoo.com.br

Eduardo Ernesto Filippi. Doutor em Economia Política; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.

A idéia de desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvida porque presa à racionalidade econômica (...). A idéia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas. Ela reconheceu nessas culturas apenas idéias falsas, ignorância, superstições, sem imaginar que continham instituições profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida e valores éticos atrofiados entre nós. Fruto de uma racionalização ocidental-cêntrica, o desenvolvimento foi igualmente cego ao fato de que as culturas, como todas as culturas, mas de formas diferentes, ao lado de verdades e virtudes profundas (entre as quais a da racionalidade autocrítica que permite perceber as carências e falhas de nossa própria cultura), idéias arbitrárias, mitos sem fundamentos (como a ilusão de termos chegado ao auge da racionalidade e de sermos os depositários exclusivos desta), cegueiras terríveis (como as do pensamento fragmentado, compartimentado, redutor e mecanicista).

Morin & Kern 1995, p. 74; 84

1. INTRODUÇÃO

Os cultivos de eucaliptos já existem há algumas décadas no Rio Grande do Sul, sendo que as principais concentrações ocorrem na região Centro-Oeste e Centro-Sul do estado, cuja maior parte da produção é destinada à fabricação de celulose.

A partir do momento que o Rio Grande do Sul passou a ser considerado zona de fronteira para a atividade florestal¹, o Governo do Estado passou a investir em novas políticas fiscais para fomentar esse setor. Com isso novas empresas *florestadoras* direcionaram seus investimentos para o estado, adquirindo terras em regiões menos visadas, como a Fronteira Oeste, Fronteira Sudoeste e Sul, expandindo assim as áreas com cultivos de eucaliptos.

Com a maior visualização midiática sobre os conflitos em torno dos cultivos de eucaliptos na “Metade Sul”² a sociedade começa a discutir que a questão da expan-

são dos cultivos não deve ser vista apenas em termos econômico, mas, também, que esse processo pode implicar possíveis conseqüências sociais e ambientais.

Nesse sentido esse artigo resgata as políticas públicas de incentivo aos cultivos de eucalipto no Rio Grande do Sul e evidencia os discursos dos atores em torno do tema do desenvolvimento da “Metade Sul”.

Para tanto, perpassaremos por um breve histórico das políticas de incentivo à atividade *florestadora* no país e no estado. Num segundo momento, trataremos de caracterizar física, social e ambientalmente a “Metade Sul”, região procurada pelos investidores para novos cultivos. Para então enfatizarmos o discurso do desenvolvimento sob a ótica do Estado e das empresas *florestais*, salientando, ainda, qual o papel do Estado frente à criação e aplicação de políticas públicas e, a participação da sociedade na tomada de decisões para o processo de desenvolvimento.

Enfim, o objetivo desse artigo é mostrar que a noção de desenvolvimento deve levar em consideração as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Assim, dialogaremos com autores que enfocam o tema do desenvolvimento através dessas dimensões, contrapondo o discurso de alguns atores que vêem o desenvolvimento como crescimento econômico.

2. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO SETOR FLORESTAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

A criação do Código Florestal Brasileiro, de 1965, o surgimento de órgãos como a Instituição Fiscal para Reflorestamento (FISER), em 1966 e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, configurou a base para uma nova política florestal no País.

A política florestal tinha como objetivo principal, à época, o *reflorestamento* em larga escala. Entre os anos

¹ Cabe comentar que os termos “*florestadora*”, “*florestas*”, “*reflorestamento*”, “*florestamento*”, “*deserto verde*”, “*monocultivo de eucaliptos*” são termos basicamente utilizados pela mídia ao se referir às empresas que plantam eucaliptos e ao próprio cultivo de eucaliptos. Esses termos acabaram por difundir-se nos diferentes discursos dos agentes. Cabe salientar que nesse trabalho será utilizado o termo “cultivos de eucaliptos”, mas preservarei os termos (estes em itálico) conforme as falas dos agentes, chamando a atenção dessa peculiaridade nos seus discursos.

² Segundo o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com pesquisa em andamento (2007), a “Metade Sul” seria o território da porção sul do RS dentro dos limites de uma linha imaginária que corta o estado entre o sul e o norte. Essa Linha sairia do município de Garruchos (Oeste) até o município de Palmares do Sul (Leste); essa linha não passa pela capital Porto Alegre. Curiosamente, procurou-se em livros definições sobre a “Metade Sul” e essa não foi encontrada, por isso manteremos as aspas nesse termo para chamar a atenção dessa peculiaridade.

de 1967 e 1987 foram feitos grandes investimentos no sentido de elevar a produção florestal, principalmente de eucalipto (*Eucalyptus* sp.).

Em 1987, o Fiset foi extinto, provocando uma redução drástica nos cultivos e comprometendo o setor florestal que, segundo Suertegaray (1998), passou basicamente à iniciativa das indústrias do setor. Nesta fase, as áreas de cultivo se expandem no interior das próprias terras das empresas.

Em 2000, o Governo Federal lança o Programa Nacional de Florestas (PNF), em 2002 o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRO-NAF Florestal, todos eles com o objetivo de oportunizar linhas de crédito e custeio para os plantios *florestais*.

Nessa linha existe também o Financiamento Direto a Empreendimentos (FINEM), onde a instituição financiadora é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 1991 e 2001, o BNDES investiu cerca de US\$ 435 milhões para o *reflorestamento*. Outro financiador é o Banco do Brasil que lançou em 2005 o “BB Florestal”, com o objetivo de criar novas oportunidades de investimentos *florestais* de longo prazo. Segundo dados do Governo Federal, o Brasil apresenta hoje em torno de 3,3 milhões de hectares de cultivos de árvores exóticas, sendo 1,9 milhões com eucalipto.

Nesse contexto, algumas empresas *florestartadoras* vieram para o País com o objetivo principal de comprar ou arrendar áreas onde pudessem realizar cultivos de eucalipto. A partir de capitais estrangeiros, a intenção declarada por essas empresas para a realização destes empreendimentos era a busca de menor custo de produção e mão-de-obra, além de procurar melhores condições climáticas para a produção dessa árvore exótica.

No Brasil, o período de crescimento vegetal do eucalipto é de 7 anos, enquanto que em países de clima temperado a árvore tem um ciclo de vida de 50 anos (Dalcomuni, 1990). Outras vantagens encontradas pelas empresas foram os incentivos fiscais dedicados ao setor e, recentemente, a criação de políticas públicas federais e estaduais direcionadas para incentivar pequenos, médios e grandes produtores ao plantio de eucaliptos. Estados como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Espírito Santo contam com pólos *florestais* já há algum tempo.

Assim como já ocorreu com outros estados, hoje o Rio Grande do Sul está sendo considerado uma nova zona de fronteira para esse tipo de atividade, onde os solos e as condições de clima apresentam boas características para a implantação de *eucaliptais*.

Nota-se, principalmente através da mídia impressa e televisiva, que o Governo do Rio Grande do Sul está impulsionando positivamente a abertura ou ainda o incremento do mercado de produção de eucaliptos. Vale ressaltar que os cultivos de eucaliptos no estado não são recentes, alguns já são datados de mais de trinta anos atrás.

Entre as justificativas do Governo, encontra-se o argumento de que essa atividade trará desenvolvimento econômico, geralmente traduzido como mais empregos, arrecadação de impostos, melhoria da infra-estrutura local para regiões cuja produção agrícola e pecuária vem se enfraquecendo ao longo dos anos.

Nesse contexto, em 2004, o Governo Estadual criou formas de incentivo, através de políticas públicas específicas voltadas para o cultivo dessas árvores. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), através da Caixa/RS³ é um dos exemplos de fomento ao *reflorestamento* por parte do Estado. Segundo seus idealizadores, o intuito principal dessas medidas é gerar renda e emprego em regiões menos envolvidas do estado.

3. A “METADE SUL”

Conforme dito anteriormente, a “Metade Sul” compreende as regiões Sul, Fronteira Sudoeste, Fronteira Oeste e parte do Centro-Sul e Centro-Oeste. A região tem sido vista como prioritária para os investimentos *florestais*, visto que se caracterizaria por apresentar historicamente um baixo desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista das empresas vinculadas à expansão do cultivo de eucalipto, a “Metade Sul” apresentaria vantagens para a atividade de *florestamento*, ou ainda, *reflorestamento*, em função da disponibilidade de grandes áreas, das ferrovias e estradas, das condições favoráveis de clima e solo, além de estar próxima ao porto de Rio Grande, sabendo-se que mais de 90% da matéria-prima

³ CAIXARS é uma empresa de fomentos onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante das ações são privadas.

(celulose) originada do eucalipto é exportada para outros países.

A realidade atual da “Metade Sul” é de uma região que apresenta mão-de-obra barata e uma estrutura agrária baseada em grandes extensões de terra, o que torna a compra e o arrendamento de terras facilitadas; a situação econômica precária dos produtores de gado da região também é outro ponto dentro desse “*contexto de disputas*” que permite o discurso do desenvolvimento da “Metade Sul”, além da proximidade com o Mercosul e com as outras “novas” fronteiras de cultivos de eucalipto, como o Uruguai e Argentina.

Do outro lado desta discussão, existe uma série de críticas feitas por ambientalistas preocupados com os impactos ambientais que poderiam ser gerados a partir da expansão dos cultivos de arbóreas. Entre os argumentos destes últimos, está o fato de que qualquer tipo de monocultura é prejudicial ao ambiente, principalmente em função da diminuição da biodiversidade, da poluição de rios e fontes de água, da erosão do solo, entre outros, provocando um desequilíbrio nos ecossistemas. Nesse contexto Monteiro (2002, p. 182) ressalta:

(...) esta dinâmica monocultura, além de criar paisagens monótonas, com solos e água contaminados por agroquímicos, também vai impedir a expansão de serviços que reduziram a emigração de jovens, um problema crescente no Brasil rural de hoje.

Na “Metade Sul” encontra-se um importante bioma chamado Pampa⁴, que se caracteriza, conforme Odum (2004), por planícies vastas e abertas, onde não há sinal de árvores nem arbustos, com capim baixo em abundância. São regiões amplas e oferecem pastagens naturais para animais de pastoreio, onde as principais espécies agrícolas alimentares foram obtidas das gramíneas naturais através da seleção natural.

O bioma é considerado pelo Ministério do Meio Ambiente (2000) como área de extrema importância biológica e prioritária para a conservação da biodiversidade, além de ser de extrema importância para a criação de Unidade de Conservação e para a conservação de mui-

tas espécies de flora e fauna de importância regional, nacional e global.

Preocupado com a situação, Chomenko (2006)⁵ salienta que os cultivos de eucaliptos na região do Pampa podem provocar impactos sobre a flora e fauna local e também “*o ser humano e culturas que desde centenas de anos vem sendo a grande marca registrada mundialmente daquilo que se denomina como ‘gaúchos’*”.

Para Chomenko (2006), os modelos intensivos vêm transformando o Pampa em imensas áreas de lavouras as quais coloca em risco toda a realidade local, no que se refere às suas características naturais. Complementa ainda que é de suma importância ter uma visão sistêmica e considerar aspectos de longo prazo e das populações humanas que ocupam estes espaços, respeitando-se suas potencialidades e culturas tradicionais.

Por outro lado, e apesar do debate em torno deste tema ter sido iniciado por uma crítica e um viés ecológico, em que ambientalistas se mostravam preocupados com a preservação do Bioma Pampa, ao longo do tempo, as inquietações e indagações foram tomando outros rumos.

Nesse sentido, atualmente há uma série de críticas feitas por representantes de ONG’s e movimentos sociais (do campo e da cidade), os quais têm alertado para os possíveis impactos sociais e culturais deste processo.

Segundo este ponto de vista, a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida poderia estar sendo drasticamente afetada devido a desestruturação que a implantação destes grandes projetos de eucalipto desencadeariam em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos recursos naturais baseado em práticas tradicionais – e, por vezes, ancestrais – vistas como mais sustentáveis.

Quanto ao aspecto socioeconômico, Suertegaray (2006)⁶, argumenta que o avanço da *monocultura de eucalipto* na “Metade Sul” do RS deve gerar uma ruptura de duas tradições produtivas: a pecuária extensiva, realizada principalmente nos latifúndios, e a produção da agricultura de subsistência, realizada nos interstícios das grandes propriedades.

⁴ Bioma Pampa se caracteriza principalmente pela vegetação dominante chamada de campos, composto por mais de 3.000 espécies diferentes de plantas (Boldrini, 2006).

⁵ CHOMENKO, Luiza. Pesquisadora da Fundação Zóobotânica (FZB) em entrevista à EcoAgência, 29 de Junho de 2006.

⁶ SUERTEGARAY, Dirce. Pesquisadora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato, Julho/2006.

4. OS ATORES E SEUS DISCURSOS

A partir das políticas públicas federais, estaduais e privadas voltadas para o incentivo aos cultivos de arbóreas exóticas⁷, cada ator envolvido nesse processo passa a dar voz a diferentes discursos sobre o tema. Cabe salientar que discurso aqui se traduz por diferentes *visões de mundo*, pontos de vista ou, ainda, a perspectiva desses atores.

O desenvolvimento da “Metade Sul” é o foco desses embates discursivos onde observamos o Estado, as empresas *florestadoras* e a sociedade dialogando entre si. Nessa perspectiva, o desenvolvimento tão reivindicado pelas partes, adquire alguns vieses importantes de serem analisados. Destacamos o papel do Estado como proponente (e ao mesmo tempo mediador) das políticas públicas; as empresas *florestais* como investidoras e “incentivadoras” do processo de desenvolvimento e a relação da sociedade frente a esse processo de desenvolvimento⁸.

Figura 1. Identificação de alguns atores relacionados ao tema dos cultivos de eucaliptos.

A figura 1 mostra um cenário complexo, onde vemos diferentes “forças” atuando, porém, ao pensarmos especificamente sobre a questão da expansão da produção de eucalipto no Estado, percebemos que uma das principais disputas refere-se à tentativa de impor diferentes concepções e práticas sobre a idéia de desenvolvimento.

Num primeiro momento, todos os atores envolvidos parecem estar em consenso, visto que todos eles (Estado, empresas, cientistas, ONG’s, populações locais...) falam em potencializar e contribuir para o desenvolvimento regional. Quer dizer, em princípio, todos possui-

riam “boas intenções” ao discutir o tema da expansão do cultivo de eucalipto.

Contudo, quando se analisa melhor essa figura, observamos que este aparente “consenso” se dissolve no ar a partir do momento em que se começa a discutir “como” potencializar este desenvolvimento. A partir daí, conflitos diversos e os mais contraditórios entendimentos vêm à tona. Afinal, de que desenvolvimento estão falando? Ou ainda, de que modelo de desenvolvimento?

4.1 O ESTADO

Através da criação de políticas públicas para incentivar os cultivos de arbóreas, o Estado⁹ pauta o seu discurso na perspectiva de desenvolvimento econômico, traduzido em geração de empregos, arrecadação de impostos, melhoria de infra-estrutura regional e local.

Para alguns atores, o Estado deveria assumir o papel de “perceptor” das reais demandas locais e, a partir daí, criar e aplicar políticas públicas voltadas para essa realidade. Cabe mencionar o que nos diz Becker (2002, p. 66-67):

Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento.

Segundo Neto (1995), devemos entender pelo papel do Estado, as lutas e alianças em torno da ocupação do mecanismo de decisão, bem como das medidas de política que o Estado compreende como realizador de determinado projeto de manutenção ou transformação da ordem social. O autor comenta ainda que esse tipo de discussão deve ser realizada antes das decisões sobre políticas públicas voltadas para o setor agrário brasileiro.

Nesse intuito o grande desafio deste Estado seria “*conciliar os interesses do capital no campo e na cidade (e na sociedade como um todo), sem permitir diminuição do espaço de poder*” (Neto, 1995, p. 116).

No que tange às decisões em torno de políticas públicas voltadas ao espaço agrário, é de suma importância que nessa discussão estejam presentes as populações atin-

⁷ Nesse artigo, trataremos especificamente do eucalipto.

⁸ Nesse texto enfatizaremos a importância da participação da sociedade na tomada de decisão junto ao Estado e às políticas públicas.

⁹ Estado – conjunto dos poderes políticos de uma nação; governo (Dicionário Aurélio, 1993).

gidas pelas políticas e que, a partir dessas discussões, as decisões sejam tomadas em conjunto.

Para que as decisões do Estado possam ser efetivadas e, portanto, realizar seu objetivo maior de manutenção do sistema, é necessário que ele se proteja sob a capa da neutralidade, de mediador dos interesses conflitantes, com uma posição “acima” das classes. (Neto, 1995, p. 119)

O Estado espera que tais investimentos no setor *florestal* tragam vantagens econômicas para as regiões. Uma dessas vantagens é o possível aumento do PIB (Produto Interno Bruto). Esse também é o discurso das prefeituras que fazem campanhas para que os empreendimentos se instalem em seus municípios.

Na visão desses atores, com o possível aumento da taxa do PIB, os municípios tenderiam a crescer e, por conseguinte, se desenvolver. Nesse sentido, contrapondo essa percepção do Estado e dos municípios quanto ao aumento da taxa do PIB, Furtado (1974, p. 116) comenta:

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam os seus resíduos? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que estará havendo um desgaste humano. As estatísticas de mortalidade infantil e expectativa de vida podem ou não traduzir o fenômeno, pois sendo médias nacionais e sociais anulam os sofrimentos de uns com os privilégios de outros.

Claro, deve-se considerar que Furtado escreveu o “*O Mito do Desenvolvimento Econômico*” há mais de trinta anos atrás, mas que a análise não se distingue dos tempos atuais.

O desenvolvimento econômico, para Furtado (1974), é a acumulação do capital e adoção de processos produtivos mais eficientes. O autor também avalia que, quando uma comunidade tem um aumento na renda (uma das vantagens que o aumento do PIB traria à comunidade), isso poderia acarretar três processos diferentes: o desenvolvimento econômico, a exploração dos recursos naturais não renováveis e a realocação de recursos visando a uma especialização do trabalho.

A partir dessa problemática, algumas conseqüências (não necessariamente, vantajosas!) podem surgir. Com o desenvolvimento econômico a tendência é que exista acumulação do capital, o que por um lado é bom, porque se tem aumento na renda, mas, na maioria das vezes, isso se traduz em concentração do capital para poucos.

Se refletirmos sobre as possíveis áreas para os cultivos de eucaliptos (principalmente região sul e fronteira-oeste), destaca-se uma realidade frágil do ponto de vista ambiental e econômico. Com a vinda de tais empreendimentos existe a possibilidade de aumento dos PIBs, mas concomitantemente a isso, segundo ambientalistas, a degradação da biodiversidade tenderá a aumentar (considerando o bioma existente naquela região).

Enfim, quando utiliza-se da taxa do PIB para medir (ou prever) um certo desenvolvimento, podemos cair na armadilha de acobertar certas desvantagens, tanto no âmbito social como ambiental.

Cabe salientar que pode sim haver crescimento econômico, seja através do aumento da taxa do PIB ou não, mas que isso pode não refletir em desenvolvimento. Conforme Almeida (1998, p. 36), a noção de crescimento é insuficiente para dar conta das transformações e estruturas dos sistemas socioeconômicos, pois apenas leva em consideração a produção sob o aspecto *quantitativo*.

Retomamos agora a discussão do papel do Estado e a tomada de decisões. Nesse sentido Furtado (1974) diz que “*toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo*”. A partir disso, podemos concluir que essas projeções podem ter efeitos no tempo tanto positivos quanto negativos¹⁰. O Estado deve perceber as demandas públicas, orientar políticas e ser mediador e não apenas ser um proponente sem ação e sem voz.

O comportamento dos agentes que controlam os centros principais de poder: não interessa saber se aqueles que o exercem derivam sua autoridade do consenso das maiorias resulta da manipulação da informação ou da interação de forças sociais que se controlam mutuamente. No caso, apenas interessa assinalar que, os que mandam falam em nome da coletividade. (...) É certo que o estudioso da vida social poderá considerar muitas dessas decisões *equivocadas*, isto é, incapazes de produzir os resultados esperados pelos agentes que as tomaram; ou *inadequadas*, vale dizer, em desacordo com os *autênti-*

¹⁰ Nesse parágrafo queremos passar a idéia de vantagens e desvantagens. SEN (2002) discute que o desenvolvimento apresenta um lado positivo e outro não tão positivo, porque parte-se do princípio que existe democracia.

cos interesses sociais. (...) A existência de um Estado facilita a identificação das estruturas centrais de poder. Da mesma forma a concentração do poder econômico (grandes empresas) e da manipulação da informação (grandes cadeias de jornais e estações de rádio) facilitam a identificação de estruturas colaterais de poder. É em torno das decisões emanadas dos centros principais de poder que se ordena o amplo processo da vida social. (Furtado, 1974, p. 113-114)

Dessa forma, para Becker (2002), o desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, perdendo as demais dimensões da vida e da espécie humana. E é exatamente aí que o Estado deve tomar cuidado, quando deixa claro que as perspectivas quanto às instalações *florestais* são de cunho de desenvolvimento econômico, porque reduzem a importância do desenvolvimento humano.

5. AS EMPRESAS FLORESTADORAS

As empresas *florestadoras* apresentam o discurso da perspectiva de geração do desenvolvimento sustentável, como é perceptível nos parágrafos abaixo, retirados do sítio da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa, 2007)¹¹:

“A produção de celulose e papel é uma atividade que gera desconcentração industrial e induz o desenvolvimento em regiões menos dinâmicas”

“Florestas geram novas vagas de empregos e novas perspectivas para profissionais no mercado de trabalho.”

“O contraponto das empresas nesse sentido é que em áreas plantadas, qualquer que seja a espécie alimentar ou florestal, troca-se a diversidade pela monocultura.”

“Com o plantio de eucaliptos (...), existe redução na pressão para a utilização de florestas nativas como fonte de matéria-prima (...) quanto maior for a disponibilidade de madeira plantada, menor será o avanço sobre a hiléia.”

“As empresas investem em ações e programas voltados para o bem-estar e para a promoção social nas comunidades em que atuam, beneficiando milhares de crianças, idosos, populações indígenas, quilombolas, ocupantes e parceiros rurais.”

Mas, o que é perceptível também é que o viés, apesar

de tentar contemplar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, é econômico. O que se pode notar é que novamente a lógica do capital sobrepõe-se às demais, Becker (2002, p. 41) ressalta que:

existe um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando as demais dimensões da vida humana como meio. (...) dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetiva em padrões de competitividade para o mundo. (...) Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização.

Parece ficar claro a partir do parágrafo acima a relação entre grandes empresas e comunidades locais, a primeira na busca da competitividade empresarial e ao lucro; e a segunda buscando a reprodução social, atualmente, preocupando-se com a preservação dos recursos naturais e tentando se manter na “sua” própria lógica de mercado.

Diante das dinâmicas da teoria de desenvolvimento desigual que Smith (1998), propõe, está claro que dificilmente pode-se olhar para o mundo de hoje sem perceber que, nas mãos do capital, as duas últimas décadas testemunharam uma emergente reestruturação do espaço geográfico mais dramática do que qualquer outra já ocorrida. (Rampazzo, 2002, p. 167)

Assim como o Estado, também as empresas *florestadoras* disponibilizam recursos para investimentos que têm o intuito de estimular o cultivo de eucalipto por meio de parcerias com agricultores locais. No Estado do RS esse tipo de fomento já vem sendo aplicado segundo Chomenko (2006):

Apesar de ser divulgado que pode ser uma opção para pequenos produtores, sabe-se que as plantações são monocultivos em escala industrial, com objetivo de produzir matéria-prima para exportação e que vem ao encontro de decisões que são tomadas em escala global, visando praticamente apenas um ganho econômico que beneficia algumas grandes empresas. Na maior parte das vezes, as decisões de implantação de empreendimentos são tomadas sem que tenham sido consideradas as comunidades e nem as especificidades locais.

¹¹ Retirado do sítio da internet da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) cuja missão é: “serviço de natureza institucional e política, baseado na técnica, com o objetivo de oferecer melhores condições de resultados a seus associados, possibilitando a geração de empregos e os benefícios sociais decorrentes do desenvolvimento econômico” (Disponível: www.bracelpa.org.br).

Em função desse tipo de crítica, algumas empresas *florestais* preocuparam-se em divulgar uma “boa” imagem de suas atividades através de campanhas de preservação do meio ambiente, incentivos de projetos sociais, entre outros.

As empresas também buscam legitimação em outros campos do debate como, por exemplo, as parcerias estabelecidas com centros de excelência localizados em universidades particulares e públicas, os quais contribuem com pesquisas sobre os possíveis impactos que esses tipos de empreendimentos podem gerar ao ambiente e a sociedade.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, tão enfocada pelas atividades *florestais*, concorda-se ainda num contexto maior que não existe um conceito formado, e sim uma noção de que se pode nortear suas ações. Nesse sentido, Almeida (1998, p. 36) contribui com a discussão:

A noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões – econômica, social e cultural – da transformação estrutural da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais.

Nesse sentido, para as empresas, o desenvolvimento tem uma conotação, num certo sentido, positiva e favorável, “*ele seria em si um bem, pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor*” (Almeida, 1998). E é o que, talvez, boa parte da população da Metade Sul espera a partir dos plantios.

Segundo o Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável “*é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras*”. Para Schmitt (1995) o desenvolvimento sustentável tem como uma das premissas fundamentais o reconhecimento da “*insustentabilidade*” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Para Carvalho *apud* Almeida (1998 p. 42) o adjetivo sustentável remete:

Àquilo que está em perfeito equilíbrio, que se conserva sem desgaste e se mantém no tempo. Quando aplicado ao desenvolvimento, transfere essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a (falsa) expectativa de uma “sociedade sustentável”, em perfeita harmonia com a natureza, sem conflitos ou tensões sociais que

perturbem ou ponham em risco a sua reprodução.

A noção de sustentabilidade dos sistemas, ou do desenvolvimento sustentável do planeta, trabalha com as dimensões social, ambiental, econômica e cultural e a partir dessas dimensões almejam a garantia das “*necessidades das gerações futuras*”.

Nesse sentido, as atividades *florestais* só seriam sustentáveis se elas realmente assegurassem tais garantias. Bem, aí esse debate pode nos remeter a outros caminhos, não menos importantes, como o da perda da identidade cultural do gaúcho, o da soberania alimentar, a redução da biodiversidade dos biomas, o êxodo rural, enfim, essa lista é um tanto vasta, por isso citamos apenas alguns.

Outro debate em voga é “*levar o desenvolvimento às regiões atrasadas*”, ou seja, que na lógica do capital ainda não passaram pelo processo de modernização. Segundo Furtado (1974) a modernização é o processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Para Almeida (1998, p. 37):

A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento, uma política.

É questionável a necessidade que se tem, por parte do poder público, de enquadrar certa sociedade em “moderna” ou “atrasada”, assim como é questionável também os processos para se chegar a “tal” desenvolvimento.

Conforme Monteiro (2006), a modernização, desde logo qualquer devir político/social/territorial, que não se enquadrasse nos parâmetros considerados de modernização seria denotado como “rural” e conotado como “atrasado”. Esses debates trazem a tona a relação do moderno envolvendo o território, ou seja, modernização/urbanização/desenvolvimento, mas, como processo, deveriam passar basicamente pelo aumento da produtividade através da inovação tecnológica¹².

A noção que se tem é que as empresas apostam no dis-

¹² Sobre Inovações Tecnológicas ver SCHUMPETER, A. J. Teoria do Desenvolvimento Econômico, 1997 e HAYAMI, Y e RUTTAN, V.W. Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais, 1988.

curso do desenvolvimento numa linha de convencimento, onde vislumbram um sentido só – linear, em direção ao moderno, ao crescimento, ao progresso, esquecendo das dimensões do que o tornam desenvolvimento sustentável.

A partir desse contexto geral, será que o agricultor/ produtor do pampa, que vive de sua agricultura de subsistência e/ou da criação de gado, dentro da sua realidade sócio-cultural, quer trocar suas atividades tradicionais por inovações tecnológicas? Ou apenas quer recursos para investir em suas tradicionais atividades? Pode ser um tanto complexo o entendimento de tais ideologias culturais tradicionais (o que talvez um bom antropólogo desvendel!), mas que talvez devam ser levadas em consideração, por representarem o que a sociedade pensa¹³.

Por isso se faz pertinente enfatizar o quanto a população local é importante numa tomada de decisão para a criação de políticas públicas voltadas para as diferentes realidades, sejam elas culturais, sociais, ambientais, agronômicas entre outras.

Sen (2002) considera a liberdade o meio e o fim para chegarmos ao desenvolvimento, mas salienta que “*não basta liberdades individuais, se estas não forem praticadas coletivamente*”. Portanto, considera a “*participação da população na tomada de decisões e na construção do desenvolvimento*”; a população vista aqui como “*agentes ou atores de suas vidas*”¹⁴.

Havendo indícios de conflito real entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, é necessário uma resolução participativa, e não uma rejeição unilateral da modernidade em favor da tradição imposta por dirigentes políticos, autoridades religiosas ou admiradores antropológicos do legado do passado. Não só a questão não é fechada, como também tem de ser amplamente aberta às pessoas da sociedade, para que elas a abordem e decidam em conjunto. (Sen, 2002, p. 48)

Nesse caso, a sociedade exercendo e exigindo democracia. Para Bobbio (1991), a democracia é subversiva, no sentido mais radical da palavra, porque subverte a tradicional concessão de poder, tão tradicional, que é considerado natural, quando se trata do poder político ou econômico – desce do “alto para baixo”.

Complementando Becker (2002), diz que tornar-se-á muito mais subversiva se a democracia for transformada em “democracia participante” ao invés da simples “democracia participada”, pois aí seria o poder subindo de baixo para cima. No interior de cada processo de desenvolvimento regional, a qualidade só pode ser conquistada através da crescente organização e participação da população no processo decisório e nos frutos do desenvolvimento (Becker, 2002, p. 88).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função da exposição anterior, percebe-se que o discurso do Estado e das empresas está afinado, pois falam de desenvolvimento para gerar emprego, renda e melhorias sociais. Mas até que ponto, a partir de toda a discussão realizada aqui, o desenvolvimento está sendo pensado – como e para quem?

Para Chomenko (2006), a partir da implantação de “modernos” modelos de gestão, nem sempre as propostas são adequadas, podendo gerar conflitos de interesses. Esses conflitos são gerados exatamente em função dos interesses diversos das populações envolvidas. Aqui entra o papel do estado, de regulador e mediador dessas diferentes realidades. Segundo Sachs (1992, p. 123) o conceito de desenvolvimento:

Comporta um núcleo ético que adota a forma de imperativo de solidariedade sincrônico com nossos contemporâneos, e diacrônico com as gerações futuras. Estamos, pois, no oposto da sociedade de dupla velocidade e do economicismo míope que privilegia o crescimento na e pela desigualdade social.

Já, para Sen (2000) a discussão sobre o desenvolvimento deve ultrapassar as visões restritas que o apresentam apenas como crescimento de PIB, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Sob esse aspecto Becker (1996 *apud* Rampazzo, 2002) diz “*que não existe um único modelo, mas sim modelos de desenvolvimento que são decorrência das formas de orga-*

¹³ É claro que para afirmar qualquer opinião, teríamos que ter realizado um estudo empírico nessas regiões, mas o intuito desse parágrafo foi apenas o de instigar e provocar.

¹⁴ Para SEN (2000, p. 33) “agente” é “*alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo alguma critério externo*”.

nização e estruturação de cada espaço da sociedade (da produção cultural, econômica, social, política e ideológica)”.

Então, qual seria o “diapasão” do desenvolvimento? um novo modelo de desenvolvimento para a região seria o ideal? E se, os recursos investidos nas produções de eucaliptos para celulose fossem investidos na pecuária, fruticultura e turismo já existentes na região?

Dessa forma também seriam gerados emprego e renda para as populações locais, respeitando assim a noção do desenvolvimento conforme características e realidades locais.

Temos conhecimento que um dos propósitos da Revolução Verde (principalmente no Brasil) era o aumento da produtividade agrícola para a obtenção do crescimento e o progresso econômico industrial. Ao que tudo indica o processo de desenvolvimento da década de 70 comparado ao proposto agora se aproximam muito, ou seja, a adoção do “velho novo modelo”, ou ainda, o “novo velho modelo” de desenvolvimento.

Assim, percebe-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas têm privilegiado o crescimento econômico em curto prazo à custa dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial (Guimarães, 1992, p. 20).

Portanto, concluí-se esse artigo voltando à idéia de desenvolvimento sustentável citada por Almeida (1998, p. 52):

O caminho que me parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear única que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ALMEIDA, J. A problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, D. F. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidades? Santa Cruz: EDUNISC, 2002.
- BECKER, D. F. Processo de Desenvolvimento: Mestrado em desenvolvimento Regional da UNISC. Notas de Aula. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.
- BECKER, D. F. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. 1996.
- BECKER, D. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidades? Santa Cruz: EDUNISC, 2002.
- BOBBIO, N. O marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- BOLDRINI, I. I. Diversidade florística nos campos do Rio Grande do Sul. In: Os avanços da botânica no início do século XXI: morfologia, fisiologia, taxonomia, ecologia e genética. Conferências Plenárias e Simpósios do 57º Congresso Nacional de Botânica. Porto Alegre: Sociedade Botânica do Brasil, 2006.
- BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Dados sobre Reflorestamento. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br>>. Acesso em julho de 2007.
- BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
- DALCOMUNI, S. M. A implantação da Aracruz Celulose no ES – principais interesses em jogo. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990.
- DUPAS, G. O mito do progresso ou progresso como ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.
- ECOAGÊNCIAS INFORMAÇÕES EM REDE. ENTREVISTA com Luiza Chomenko. Pesquisadora da Fundação Zôobotânica (FZB). Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em Julho de 2007.

- FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.
- GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELOSO, J. R. dos R.. A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Nobel, 1992.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA, 1988.
- JORNAL BRASIL DE FATO. Entrevista com Dirce Suertegaray. Pesquisadora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em Julho de 2006.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto RS-Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em Junho de 2007.
- MONTEIRO, R. C. Novas ruralidades e políticas públicas. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. Desenvolvimento rural: Tensões e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.
- MORIN, E.; KERN, A. B. Terra Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NETO, W. G. Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekuian, 2004.
- SACHS, I. Qual desenvolvimento para o século XXI? In: BARRE, M. Terra: patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: NOBEL, 1992.
- SCHMITT, C. J. Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.
- SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SUERTEGARAY, D. Deserto Grande do Sul – controvérsia. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- RAMPAZZO, S. E. A Questão Ambiental no Contexto do Desenvolvimento Econômico. In: BECKER, D. F. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidades? Santa Cruz: EDUNISC, 2002.